



## EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: EXPANSÃO E ENSINO DE QUALIDADE

IRENE JEANETE LEMOS GILBERTO

### RESUMO:

A expansão de cursos a distância oferecidos pelas instituições de ensino superior é indício da institucionalização dessa modalidade de ensino no país, mas também é reflexo da tendência histórica de nosso tempo, voltada à virtualização dos processos educativos. O presente trabalho discute inicialmente as políticas educacionais para a educação a distância, com vistas a um estudo da expansão de cursos de Pedagogia nessa modalidade de ensino. A pesquisa foi realizada com base nos documentos governamentais e na legislação sobre educação a distância, especificamente os referenciais de qualidade que tratam da educação a distância, além da base de dados publicada pelo MEC sobre os cursos de Pedagogia nessa modalidade, oferecidos pelas instituições de ensino superior, públicas e privadas. O mapeamento dos dados revela um desenho bastante significativo da expansão dos cursos pesquisados, considerando as instituições responsáveis pelos cursos. Os resultados mostram que estamos diante de uma nova realidade educacional, considerando o modelo de formação que está sendo oferecido aos futuros profissionais.

**Palavras-chave:** políticas educacionais; educação a distância; qualidade de ensino; ensino superior

### Introdução

Um olhar sobre a regulamentação da educação a distância em nosso país aponta um movimento que vem se concretizando há mais de uma década. A primeira referência legal em relação à educação a distância foi expressa no Art. 80 da Lei n.º 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, o qual trata dessa modalidade em todos os níveis de ensino. A partir desse momento, a educação a distância foi normatizada por meio de Decretos e Portarias que abriram campo para a implantação dessa modalidade de ensino no país, abrindo possibilidades às instituições de ensino superior – públicas e privadas – para oferta de cursos a distância.

As instituições de ensino superior começaram a oferecer cursos a distância, informalmente, a partir de 1999. Pode-se dizer, no entanto, que o ano de 2001 representou um marco decisivo na ampliação dos cursos a distância, considerando que a publicação da Portaria Ministerial 2.253/2001 abriu possibilidades para a oferta de disciplinas “não presenciais” em cursos de educação superior, como uma alternativa para o aluno. Muitas instituições privadas de ensino superior viram nessa Portaria uma possibilidade para ampliação de seus cursos e para oferecimento de nova modalidade de ensino, seja como forma de atração para alunos que necessitavam de reforço em disciplinas presenciais ou que haviam sido reprovados anteriormente, seja como oportunidade de aproveitamento de seus espaços e recursos humanos. A publicação da Portaria Ministerial 4059/2004, de 10/12/2004, revogou a anterior e estabeleceu como limite de oferta a distância 20% da grade curricular dos cursos. O estudo de Vianney (2003) faz referência ao significado que essa Portaria teve na implantação da educação a distância, especialmente entre as instituições de ensino superior privadas, que aí viram um novo foco para o desenvolvimento dessa modalidade de ensino.

Instituições particulares assumiram a liderança na oferta de disciplinas a distância, criando disciplinas on-line em matérias com alta concentração de alunos em dependência – reprovados em semestres anteriores, e também para a oferta de disciplinas do ciclo inicial, obrigatórias para todos os alunos de determinadas áreas, permitindo atender a um número de alunos sem a necessária multiplicação de salas físicas (VIANNEY, 2003, p. 9)

A discussão em torno dos 20% foi profícua, porém é importante ressaltar que, apesar dos debates nos fóruns educacionais, a educação a distância foi consolidando-se por meio das publicações de Decretos e Portarias, o que possibilitou às instituições de ensino superior adaptar-se à nova metodologia de ensino e buscar novos meios de promover a educação a distância. A institucionalização da educação a distância, no entanto, ocorreu com a publicação do Decreto Nº. 5.800, de 8 de junho de 2006, o qual dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta no Brasil (UAB) e sobre o credenciamento de instituições que ministram cursos a distância com direito à certificação. Este Decreto consolidou as regulamentações anteriores e ampliou o leque de possibilidades de oferta de cursos a distância, considerando que as instituições de ensino superior credenciadas junto ao MEC poderiam criar cursos de graduação nessa modalidade. No cerne da expansão do ensino superior a distância, estava a idéia de atingir um maior número possível de pessoas que não tinham acesso à educação superior e também os professores que atuavam no ensino básico, porém não eram graduados. Para que essa meta fosse cumprida, foi recuperado o modelo que envolvia parcerias com estados e municípios, criando-se pólos presenciais de apoio aos estudantes nos cursos a distância. Nascia, assim, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), como um sistema de consórcio do qual participam instituições de ensino superior, públicas e privadas, instituições federais, estaduais e municipais.

A expansão do ensino superior a distância retrata um quadro de contínuo desenvolvimento, iniciado com a oferta de cursos nos níveis de extensão, especialização e pós-graduação *lato sensu*, e, posteriormente, com a oferta de disciplinas a distância. A institucionalização da educação a distância, conforme referido acima, ocorreu nos últimos cinco anos com o credenciamento de universidades públicas e particulares para oferta de cursos de licenciatura a distância no sistema UAB, cujo objetivo é a formação de professores para a Educação Básica. As instituições credenciadas para tal fim são responsáveis pelos cursos ministrados a distância, que são desenvolvidos nos estados e municípios brasileiros, onde funcionarão os pólos presenciais para atendimento aos estudantes. Os pólos são definidos na legislação como “unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância (Art. 12, do Decreto nº 5.622, de 2005). Cabe acrescentar que a legislação da educação a distância vem sendo aprimorada, no sentido de contemplar as diversas instâncias onde ocorrem os cursos, incluindo os pólos presenciais. Na Portaria Normativa nº2, de 10 de janeiro de 2007, Art. 5º, §5º, consideram-se pólos de apoio presencial “aqueles que ofereçam curso regularmente autorizado ou reconhecido, com base no Cadastro de Instituições e Cursos de educação superior (Sied-Sup), e integrantes da lista oficial inserida na página eletrônica do INEP”

O presente trabalho faz uma discussão sobre a expansão de cursos a distância, especificamente os cursos de Pedagogia, tomando por base os documentos governamentais sobre educação a distância e os referenciais de qualidade que tratam da educação a distância. Com base nos dados publicados pelo MEC sobre os cursos de Pedagogia nessa modalidade de ensino, oferecidos pelas instituições de ensino superior, públicas e privadas, busca analisar o

significado dessa expansão e da nova realidade educacional que os cursos a distância têm esboçado.

### 1. A expansão dos cursos a distância

O final do século XX marca o envolvimento das Instituições de Ensino Superior com a educação a distância no país, envolvimento esse que vem crescendo visivelmente nos últimos tempos, motivado pelo incentivo governamental à abertura de cursos nessa modalidade de ensino.

O período pós-publicação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB) marca o surgimento dos primeiros cursos a distância, por meio de videoconferências, tecnologia que ainda hoje é utilizada pelas instituições que ministram cursos nessa modalidade. Um breve histórico mostra que, no período de 1994 a 1997, oito instituições de ensino superior iniciaram os primeiros cursos a distância no país e desenvolveram projetos que assinalaram um marco para a educação a distância no Brasil. São elas: Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de São Paulo (instituições públicas); Universidade Anhembi Morumbi; Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Centro Universitário Carioca (instituições particulares). Somado a esses resultados, a criação da Universidade Virtual, em 1997, veio dar novo impulso aos cursos a distância. A partir de 1998 e, de modo mais intenso, em 2002, houve um aumento significativo de pedidos de credenciamento, junto ao MEC, de instituições de ensino superior (públicas e privadas) para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância. Tomando-se o período de 2000 a 2002, que marca o início da expansão dos cursos a distância, tem-se um quadro comparativo das instituições públicas e privadas que ofereceram cursos nessa modalidade. Em relação ao número de matrículas, pode-se observar a crescente oferta de vagas no período, tanto por parte das universidades públicas quanto das particulares.

ANO	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	PARTICULAR	COMUNITÁRIA/ CONFESSIONAL/
2000	1.682	300	1.382				
2001	5.359	1.837	3.522	-			
2002	40.714	11.964	22.358	-	6.392	4.240	2.152

Fonte: MEC/INEP

O mesmo se observa em relação ao número de cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior.

ANO	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	PARTICULAR	COMUNITÁRIA/ CONFESSIONAL/
2000	10	05	05	-	-	-	-
2001	16	10	06	--	-	-	-
2002	46	25	12	-	09	07	02

Fonte: MEC/INEP

No período de quatro anos, os pedidos de autorização para oferta de cursos a distância aumentaram significativamente, passando de oito solicitações (em 1998) para quatorze (em 2000) e quarenta e sete (em 2002); de cento e sessenta e seis (em 2004) para duzentos e dezessete (em 2005) e duzentos e vinte e cinco (em 2006), segundo dados do NEC/SESu. Um quadro comparativo das regiões brasileiras, evidencia-se a predominância da região sudeste, seguida da região sul, em relação ao número de instituições credenciadas para a oferta de cursos a distância, o que não significa que todas essas instituições estejam ministrando cursos

nessa modalidade. De acordo com os dados da ABRAED/2007, temos o seguinte cenário da EAD nas regiões brasileiras:

Região	2004		2005		2006	
	FEDERAL	ESTADUAL	FEDERAL	ESTADUAL	FEDERAL	ESTADUAL
Centro-Oeste	09	09	04	10	14	13
Nordeste	08	02	16	02	28	04
Norte	05	06	07	06	10	08
Sudeste	48	42	57	46	54	27
Sul	21	16	28	33	34	33
Total Geral	166		217		225	

Fonte: ABRAED/2007

No Documento “Políticas de Acesso e Expansão da educação Superior: concepções e desafios” (OLIVEIRA et alii, 2006, p. 42), a implantação da rede de educação a distância está diretamente relacionada ao desenvolvimento de uma nova cultura de relacionamento professor-aluno, à qualificação específica dos professores e à instalação de equipes operacionais para coordenar o projeto.

Um mapeamento feito pelo MEC sobre a situação de planejamento estratégico dos estados brasileiros para oferta de vagas em cursos de formação inicial de professores, presenciais e a distância, realizado em 2008, mostra que, nos dezessete estados brasileiros, há 179.112 vagas para cursos presenciais e 114.257 para cursos a distância, no total de 293.369 vagas. Em relação à formação pedagógica, tem-se o seguinte quadro: 11.774 vagas no ensino presencial e 3.352 no ensino a distância, totalizando 15.126 vagas. Esse quadro, de certa forma, configura as previsões para a formação de professores a distância, conforme nos mostra Oliveira ET alii (2006,p. 42):

- a) formar 50.000 professores, particularmente nos campos disciplinares que apresentem maior déficit;
- b) criar um programa para titular 250.000 professores [...] que atuem nas redes estadual e municipal para atender o estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB)

Dados extraídos do site do MEC sobre os cursos a distância oferecidos pelas instituições públicas são reveladores da realidade educacional que vem sendo desenhada com os cursos na modalidade a distância. Pelo Sistema da Universidade Aberta do Brasil, há previsão de que sejam mais de 100 mil alunos matriculados nos cursos a partir de março de 2009.

Nº de Pólos	IES	Nº De cursos	Alunos Graduação	Previsão de alunos Março 2009
UAB 1 - 291	49	220	37.618	71.002
UAB 2- 271	63	205	18.102	40.153
TOTAL - 562	112	425	55.720	111.155

Fonte MEC/INEP

Em relação aos cursos de Pedagogia a distância, os dados do MEC apontam a existência de 42 instituições federais e estaduais que oferecem curso nessa área, sendo que seis instituições

estão localizadas na região Centro-Oeste; oito, na região Nordeste; três, na região Norte; quinze, na região Sudeste e dez, na região Sul. Elas compõem um sistema de rede que abrange um significativo número de pólos estaduais e municipais, credenciados junto a essas instituições, os quais funcionam como unidades “para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas” (Portaria Normativa nº 2, de 10 de janeiro de 2007, Art. 2º, § 1º). Os pólos presenciais respondem pela orientação e avaliação dos alunos, pela realização de estágios e, portanto, também são responsáveis pela formação dos futuros professores da educação básica. A regulação sobre os pólos presenciais está expressa na Portaria Normativa nº 2, de 10 de janeiro de 2007, Art. 2º:

O ato autorizativo de credenciamento para EAD, resultante do processamento do pedido protocolado na forma do art. 1º, considerará como abrangência para a atuação da instituição de ensino superior na modalidade de educação a distância, para fim de realização dos momentos presenciais obrigatórios, a sede da instituição acrescida dos endereços dos pólos de apoio presencial.

A mesma Portaria, no seu Artigo 5º referente às disposições transitórias, no § 5º descreve os pólos presenciais em funcionamento como aqueles que oferecem “curso regularmente autorizado, ou reconhecido, com base no Cadastro de Instituições e Cursos de Educação Superior (Sied-Sup), e integrantes da lista oficial inserida na página eletrônica do INEP”. Trata-se, portanto, de um modelo complexo de ensino, que envolve as duas modalidades, presencial e a distância. Disso decorre a multiplicidade e diversidade de situações que o estudante tem que vivenciar, considerando que há o envolvimento de diferentes agentes no processo e que a aprendizagem corre em diferentes espaços formativos.

Contudo, a expansão do sistema educacional a distância está ocorrendo no mundo e reflete as mudanças políticas provocadas por órgãos internacionais, entre eles o Banco Mundial. Na América Latina, os países estão vivenciando essa realidade e no documento elaborado pelo Grupo Especial da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), publicado em 2002, com o título de *La Educación Superior em los Países em Desarrollo: peligros y promesas*, encontram-se referências em relação à expansão de instituições públicas e particulares que vêm investindo na modalidade a distância.

Los sistemas de educación superior no solo se han expandido en todo el mundo, sino que la naturaleza misma de los establecimientos ha experimentado simultáneamente un cambio, como resultado de un proceso de diferenciación. Este proceso puede darse en sentido vertical, conforme proliferan distintos tipos de instituciones, es decir, a medida que junto a las universidades tradicionales de investigación, van apareciendo institutos politécnicos, escuelas profesionales, establecimientos que otorgan grados pero no realizan investigación, y centros de educación popular. La diferenciación puede darse también en sentido horizontal, merced a la creación de establecimientos manejados por agentes privados, tales como instituciones con fines de lucro, organizaciones filantrópicas y otras entidades sin fines de lucro, como asimismo, agrupaciones religiosas. El auge del aprendizaje a

distancia, modalidad que cobra cada vez mayor importancia, es otro ejemplo de diferenciación, que se da tanto en sentido vertical como horizontal (UNESCO, GRUPO ESPECIAL, 2000, p. 32).

As questões postas nesse documento podem servir de base para a discussão sobre o modelo que vem sendo implantado no Brasil para os cursos a distância, oferecidos pelas instituições que participam do consórcio da Universidade Aberta do Brasil. A proposta do projeto elaborado pela instituição de ensino superior que oferece o curso a distância é operacionalizada nos pólos presenciais, localizados em diferentes regiões do país, com os quais a instituição estabeleceu convênios. Trata-se, portanto, de um novo desenho de formação, que prevê uma dinâmica muito diferente daquela realizada nos laboratórios das próprias instituições ou nas salas de ensino presencial. Estamos diante de um modelo mais complexo que se caracteriza pela multiplicidade e diversidade de situações, considerando que há o envolvimento de diferentes atores no processo.

Essas questões, que têm preocupado os educadores, encontram abrigo nos documentos oficiais, segundo os quais as complexas questões que a sociedade enfrenta impõem novos desafios para a educação e exigem uma formação diferenciada daquela do passado. E a educação a distância, de acordo com os documentos governamentais, parece cumprir esse papel de educar para um mundo complexo, competitivo, moldado no modelo econômico, cujas metas são os resultados a serem alcançados.

## **2. A qualidade dos cursos a distância**

A expansão de cursos de Licenciatura a distância no sistema UAB configura uma mudança no cenário educacional brasileiro e tem provocado debates sobre a formação dos futuros profissionais de ensino e sobre a qualidade dos cursos oferecidos. Os documentos oficiais que tratam da educação a distância propõem que sejam mantidos os padrões de qualidade oferecidos no ensino presencial, conforme se lê no Relatório elaborado pela Comissão Assessora para Educação Superior a Distância do MEC (2002). No entanto, de que qualidade se trata?

Um breve retrospecto sobre a questão da qualidade nos remete às propostas do Banco Mundial para a educação (TOMMASI et alli, 2003), nas quais fica evidenciada a relação entre a qualidade da educação e os modelos econômicos. Sob esse aspecto, Torres (2003, p. 131), ao discutir o papel do Banco Mundial em relação aos sistemas educativos dos países em desenvolvimento, refere-se aos principais desafios que esses países enfrentarão para alcançar os níveis desejáveis de desenvolvimento: acesso à educação; equidade; qualidade; redução da distância entre reforma educativa e a reforma das estruturas econômicas. A educação é associada à função da produção, e a melhoria da qualidade é compreendida dentro da lógica do discurso econômico, cuja meta são os produtos finais.

A estreita visão da educação como conteúdos (o ensino como informação a ser transmitida e a aprendizagem como informação a ser assimilada) é a que subjaz à concepção tradicional, transmissora e “bancária” da educação e é coerente com a noção de “qualidade da educação” como “rendimento escolar” (TORRES, 2003, p. 142).

Com base na análise de documentos da política setorial do Banco Mundial, Torres (2003) aponta em seu estudo as imprecisões conceituais presentes nos documentos do Banco Mundial, as quais denotam desconhecimento das teorias e das pesquisas realizadas pelos educadores brasileiros, considerando que nesses documentos “predomina a visão da educação como um campo sem especificidade, sem antecedentes nem história, (...) no qual confluem e interatuam insumos ao invés de pessoas, resultados ao invés de processos, quantidades ao invés de qualidades” (TORRES, 2003, p. 141).

Da mesma forma, Tommasi (2003, p. 197), ao estudar as linhas de ação propostas pelo Banco Mundial para o setor educacional brasileiro, faz referência ao diagnóstico, realizado pelo Banco, do sistema educacional nos países em desenvolvimento, cujas conclusões desenham um quadro crítico da educação inicial, no qual os alunos “não conseguem adquirir as habilidades requeridas pelos currículos de seus próprios países nem se desempenhar no mesmo nível atingido pelos países mais desenvolvidos”. Em vista deste cenário, conclui-se pela necessidade de melhoria da qualidade da educação, conceito esse que, no dizer de Gentili (1997, p. 115), aproxima-se do significado atribuído ao setor produtivo. Com base nos resultados do diagnóstico realizado pelo Banco Mundial nos países em desenvolvimento, foram pautadas as ações para a área da educação, a saber: suprir a falta de material didático e pedagógico; melhorar as habilidades dos professores em técnicas de sala de aula; melhorar a capacidade de gerenciamento setorial.

O BM agrupa em cinco tipos os insumos que intervêm na aprendizagem: a) a motivação e a capacidade para aprender dos alunos; b) o conteúdo a ser aprendido; c) o professor; d) o tempo da aprendizagem; e) as ferramentas necessárias para ensinar e aprender. (TORRES, 2003, p.174).

Com base em estudos realizados sobre o acesso, a quantidade e a variedade dos materiais pedagógicos, Torres (2003, p. 159), registra as conclusões dos técnicos do Banco Mundial, para quem o livro didático constitui-se no material prioritário para a aprendizagem do estudante. No que tange à constituição de bibliotecas, os mesmos técnicos consideram que o fato de o acervo conter diferentes estilos de leitura não configura qualidade de leitura. As orientações nos livros didáticos e nos cadernos dos professores apontam um cenário em que o “fazer” superpõe-se ao conhecimento e do qual a diversidade parece não fazer parte. No caso da formação de professores, a prioridade é a formação em serviço, por meio de cursos a distância, cujo objetivo é melhorar as habilidades dos professores em técnicas de sala de aula.

### **3. Os indicadores de qualidade para a educação a distância**

A visível expansão de cursos a distância no ensino superior e a aprovação de cursos de licenciatura oferecidos pelas universidades que participam do consórcio Universidade Aberta do Brasil acirrou mais ainda a discussão sobre o significado da formação dos futuros profissionais. Os questionamentos centram-se nos aspectos referentes à qualidade de educação oferecida pelos cursos a distância, na formação dos professores e na avaliação, considerando-se a especificidade da educação a distância como formação aberta e centrada no sujeito.

Os referenciais de qualidade para educação a distância foram estabelecidos pelo Ministério da Educação, com objetivo de orientar os gestores das instituições de ensino superior na proposta institucional para autorização de cursos nessa modalidade. Embora não tenham força de lei, constituem a base para a análise das propostas enviadas ao MEC, pela comissão encarregada

da avaliação do projeto. Os itens da proposta de curso a distância, de acordo com os Referenciais de Qualidade publicados em 2005 pelo MEC, devem contemplar: a) integração com políticas, diretrizes e padrões de qualidade definidos para o ensino superior como um todo e para o curso específico; b) desenho do projeto; c) equipe profissional multidisciplinar; d) comunicação, interatividade entre professor e aluno; e) qualidade dos recursos educacionais; f) infra-estrutura de apoio; g) avaliação de qualidade contínua abrangente; h) convênios e parcerias; i) edital e informação sobre o curso de educação a distância; j) custos de implementação e manutenção da educação a distância.

O critério proposto nos documentos oficiais sobre educação a distância é a qualidade de ensino que ela deverá oferecer, conforme se lê no Relatório elaborado pela Comissão Assessora para Educação Superior a Distância do MEC, em 2002, onde se propõe que sejam mantidos, na educação a distância, os padrões de qualidade oferecidos no ensino presencial. Contudo, de qual qualidade se trata?

Na proposta do documento Referenciais de Qualidade para cursos a distância, publicado em 2003, pode-se encontrar alguns pontos de interesse para esta discussão, voltados para o trabalho do professor na educação a distância. Nesse documento, fica claro que o papel do professor é decisivo na formação do aluno e que essa modalidade de ensino pressupõe funções diferentes daquelas exercidas pelos professores no ensino presencial. Sob esse aspecto, o conhecimento das tecnologias e das diferentes linguagens assim como dos modos de comunicação nos processos a distância são fundamentais para que se efetive a interação com os alunos, que são considerados o centro do processo. A comunicação estende-se também aos membros da equipe que atuam na educação a distância. Saber conviver com o grupo e desenvolver a capacidade de cooperação com outros profissionais é um dos fatores decisivos para que se mantenha a qualidade do ensino a distância; no entanto, esses fatores somente terão sentido se relacionados à proposta da instituição e seus desígnios.

É preciso considerar os pressupostos filosóficos e pedagógicos que orientam a estrutura do curso e os objetivos, competências e valores que se pretendem alcançar; os aspectos culturais e sócio-econômicos tanto no desenho pedagógico do curso, quanto na definição dos meios de acesso aos alunos; uma dinâmica de evolução do processo de aprendizagem que incorpore a interação entre os alunos e professores e dos pares entre si; o desenvolvimento adequado da avaliação do ensino e aprendizagem e do material didático deverá mediar a interação com o aluno, estando este distante do professor e de seus colegas (MEC, Referenciais de Qualidade, 2003)

Na concepção do Grupo de Trabalho “EAD no Ensino Superior” (GTEADES), cujo Relatório foi publicado em 2005, a qualidade de um programa de educação a distância requer compromisso do educador e da IES; deve viabilizar aprendizagem/ensino significativos; deve estar comprometido com a busca de solução dos problemas da sociedade, divulgação dos seus produtos e construção do conhecimento a partir dos serviços prestados à sociedade. No que tange à qualidade de ensino na modalidade a distância, o Art.2º, do Decreto 2.494, § 6º, determina que

A falta de atendimento aos padrões de qualidade e a ocorrência de irregularidade de qualquer ordem serão objeto de diligências, sindicância e, se for o caso, de processo administrativo que vise a apurá-los, sustentando-se, de imediato, a tramitação de pleitos de interesse da instituição, podendo ainda acarretar-lhe o descredenciamento (BRASIL/MEC.Decreto 2.494, de 10/02/1988).

Nos indicadores de qualidade para a educação a distância, está patente a complexidade dessa modalidade de ensino, cuja proposta precisa estar integrada ao Plano de Desenvolvimento Institucional.. O compromisso institucional na formação dos futuros profissionais coloca-se como prioridade quando a questão é a qualidade de ensino que se deseja oferecer. Os indicadores de qualidade incluem, portanto: a) concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; b) sistemas de comunicação; c) material didático; d) avaliação; e) equipe multidisciplinar; f) infra-estrutura de apoio; g) gestão acadêmico-administrativa; sustentabilidade financeira. Esses quesitos fazem parte da Ficha de Avaliação dos cursos a distância e auxiliam na pontuação e na análise das condições de oferta desses cursos.

A primeira questão diz respeito ao papel que a educação a distância ocupa no projeto político-pedagógico da instituição e à opção epistemológica de educação ali proposta, incluindo-se a organização do currículo e seu desenvolvimento. Nesse quesito, que é bastante complexo, a exigência é que a instituição descreva o processo e a metodologia do projeto, os momentos de encontros presenciais, a interação entre professores, tutores e alunos e as estratégias utilizadas, de modo a “prever vias efetivas de comunicação e diálogo entre todos os agentes do processo educacional”, conforme consta do referido documento.

Outra questão significativa nos processos formativos a distância são os pólos presenciais, as unidades onde são realizadas as atividades presenciais previstas na proposta institucional e na legislação (avaliação dos estudantes, defesa de trabalhos de conclusão de curso, aulas práticas em laboratório específico e estágio). No discurso governamental, o pólo é a unidade “que desempenha papel de grande importância para o sistema de educação a distância. Sua instalação auxilia o desenvolvimento do curso e funciona como um ponto de referência fundamental para o estudante” (MEC, 2007, p.24).

Quanto aos profissionais que orientam os alunos nos pólos, o referencial de qualidade deverá estar expresso no processo de gestão institucional, no controle da tutoria e na produção e distribuição de material didático, além do sistema de avaliação e do banco de dados com cadastro dos estudantes, professores, tutores e sistema de gestão acadêmica. Realizar cursos a distância exige investimento por parte da instituição e a previsão dos custos deverá constar do projeto político-pedagógico, de modo a assegurar a continuidade e a qualidade dos cursos oferecidos.

### **Considerações Finais**

O cenário de expansão das universidades públicas e dos cursos a distância oferecidos por instituições de ensino superior, públicas e privadas, sinaliza novos tempos para a educação superior. Se em décadas anteriores esse movimento foi representado pela expansão das universidades privadas, estamos vivenciando uma nova realidade com a institucionalização da educação a distância, que parece trazer um modelo mais complexo de ensino, integrando a modalidade presencial e a virtual. A vivência nos espaços formativos também faz parte da

formação e sob esse aspecto, a multiplicidade e a diversidade de situações propostas ao estudante refletem a complexidade do modelo de educação a distância vigente, mesmo porque há questões nos documentos oficiais que ainda não estão muito claras, como a que se refere à especificidade regional dos pólos onde ocorrem as atividades presenciais. E retomando a questão posta pelos técnicos do Banco Mundial, pode-se dizer que os critérios de eficácia e de equidade estão no cerne dos indicadores de qualidade da educação a distância e servem de parâmetro para a orientação e a avaliação dos estudantes e das instituições que ofertam cursos nessa modalidade.

Essas questões têm sido debatidas nos fóruns educacionais, principalmente em relação à formação inicial a distância, considerando-se a especificidade da formação, a importância dos estágios e do ensino presencial. Muitos educadores defendem a educação a distância na formação continuada e na pós-graduação, mas consideram temerário esse tipo de formação nos cursos de graduação. No entanto, as justificativas para implementação da educação a distância presentes nos documentos oficiais estão amparadas em teorias que apontam a urgente necessidade de mudança nos processos formativos, devido às complexas questões que a sociedade enfrenta e que impõem novos desafios para a educação, exigindo uma formação diferenciada daquela do passado, com maior autonomia do sujeito. Também não se pode negar que os problemas a serem enfrentadas pelos profissionais na sociedade do conhecimento, sob a pressão da globalização, impõem novos desafios, tanto no que diz respeito ao mercado de trabalho quanto às relações sociais. Sob esse aspecto, não basta apenas assegurar o direito à educação como um direito de todos a ser garantido sob a coordenação do Estado, posto que novas exigências e novos desafios estão se apresentando cotidianamente àqueles dispostos a realizar seu papel de educador.

### **Referências Bibliográficas**

- BRASIL. MEC. Decreto nº 2.494, de 10/02/1998 – Regulamenta o art.80 da LDB
- BRASIL/PR. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.
- BRASIL. MEC. Relatório da Comissão Assessora para educação Superior a distância. Secretaria de Educação Superior. Brasília, 2002.
- BRASIL. MEC. Relatório da Comissão Assessora para educação Superior a distância. Secretaria de Educação Superior. Brasília, 2003
- BRASIL. MEC. PORTARIA nº. 335, de 6 de fevereiro de 2002
- GENTILLI, Pablo; SILVA, T. (Orgs.) Neoliberalismo, *Qualidade Total e Educação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela & ARAÚJO, Gilda Cardoso. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira da Educação*. Jan/fev/mar/abril de 2005, n. 28.
- RIBEIRO, Leonardo Lucas. *Referenciais de Qualidade de EaD para Cursos de Graduação a Distância*. Brasília, 2005
- TOMMASI, Livia De. Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação. In TOMMASI, Livia De; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 4.ed.São Paulo: Cortez Editora, 2003

OLIVEIRA, João ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes; AMARAL, Nelson Cardoso; MOEHLECKE, Sabrina; CATANI, Afrânio Mendes. *Políticas de acesso e expansão da educação superior: concepções e desafios*. Brasília: Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

TOMMASI, Livia De; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 4.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003

TORRES, Rosa María. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In TOMMASI, Livia De; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 4.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003

VIANNEY, João; TORRES, Patrícia; SILVA, Elizabeth. *A Universidade Virtual no Brasil: Os números do ensino superior a distância no país em 2002*. Relatório do Seminário Internacional sobre Universidades Virtuais na América Latina e Caribe. Quito – Equador, 2003.